

Riscos inflacionários

JORNAL DE BRASÍLIA

CARRION JÚNIOR

* 2 JUN 1993

Cada vez que um governante ou um novo ministro da Fazenda assume suas funções, renovam-se as garantias da retomada do desenvolvimento, como reconhecimento da inigualável e brutal crise social que hoje nosso País atravessa. Mas, no momento seguinte, volta a ser reafirmada a prioridade do combate à inflação, diante do risco de um descontrole do quadro econômico. Hoje, em boa medida, estamos assistindo à repetição desse quadro, o que nos sugere uma avaliação do momento que atravessamos.

É quase desnecessário reprisar-mos a gravidade e as consequências econômicas e sociais da recessão brasileira. Como o trato da questão inflacionária tem sempre uma premência semanal e mensal, e o das questões de desenvolvimento econômico e social uma premência a menos trimestral, não é difícil entender qual é a prioridade que sempre é estabelecida. Por essa razão já completamos mais de 10 anos de recessão em nome do combate urgente à inflação! As consequências dessa política governamental são as mais dramáticas. No plano econômico, de um lado, temos tido o progressivo sucateamento da infra-

estrutura de serviços públicos — estradas, portos, energia, telefonia, etc. —, e de outro uma paulatina destruição do próprio aparato empresarial produtivo. No plano social, o crescimento brutal da miséria e da própria violência urbana, acompanhado de um aumento significativo da concentração de rendas.

Mesmo que o resultado final desse longo processo recessivo tivesse sido a derrubada da inflação em níveis bastante baixos, ainda seriam discutíveis os custos sociais impostos ao País. O que temos hoje, contudo, é algo bem mais dramático, já que esta imensa destruição econômica e social já ocorreu e, apesar disso, os resultados foram insignificantes. Involuímos em relação a nós mesmos, e em relação ao resto do mundo, inclusive piorando nossa posição internacional de forma significativa, conforme atestam vários organismos internacionais.

Não é difícil concluir-se, assim, que o simples uso da contenção do gasto público e do arrocho monetário como formas de diminuir a liquidez do sistema e induzir à recessão, tirando o combustível do fogo inflacioná-

rio, não têm sido suficientes e nem eficazes às políticas econômicas da última década.

Mas temos que reconhecer que a busca de uma moeda estável tem de ser a segunda prioridade nacional, depois de um mínimo de desenvolvimento econômico. Será impossível alcançar um desenvolvimento saudável e de longo prazo com níveis inflacionários elevados como os que temos hoje. Estes últimos anos de inflação já nos permitem fazer uma razoável avaliação de seus efeitos perversos para a sociedade: não só um aumento das distorções econômicas como o agravamento da concentração de rendas, reduzindo especialmente os ganhos da classe média brasileira.

No momento em que a inflação retoma o patamar dos 30% com uma clara tendência de alta, praticamente um ponto por mês, não se pode descurar dos riscos desse processo. Mas nada disso autoriza a repetição do erro comum das últimas políticas econômicas, de colocar em segundo plano a retomada do desenvolvimento.

■ Carrion Júnior é secretário do Planejamento e da Administração do Rio Grande do Sul